

Protocolo nº 1566/2020

Informamos para os devidos fins que no dia 04/02/2020 as 16:19, na máquina com IP 10.10.1.135, deu entrada neste Tribunal o(s) documento(s) protocolado(s) sob o nº 1566/2020.

O acompanhamento poderá ser feito através do site do Tribunal de Contas do Estado, www.tce.sc.gov.br.



PROCESO



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE COROATÁ

Ofício nº 159/2020 – SJPV

Coroatá, 20 de janeiro de 2020.

Ao

Senhor (a)

Diretor do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Rua Balcão Viana, 190, Centro, Florianópolis – Santa Catarina, CEP 88.020-160

Assunto: tomar ciência da sentença

De ordem da MM. Juíza de direito da 1ª Vara, Anelise Nogueira Reginato, dirijo-me a Vossa Senhoria para informar que o senhor **Agamenon Lima Milhomem**, portador do **CPF/MF nº 737.682.863-07** e **CI/RG 48732895-7**, está proibido de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 3 anos, conforme sentença de fls. **102/111** que segue como parte integrante deste ofício, nos autos da ação de improbidade administrativa nº. **366-90.2014..8.10.0035**, em que é autor **Município de Peritoró**, e réu **Agamenon Lima Milhomem**.

Atenciosamente,

Elizia Virginia Castro da Silva
Secretária Judicial



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE COROATÁ



Processo nº 366-90.2014.8.10.0035

Autor: Município de Peritoró

Réu: Agamenon Lima Milhomem, Josué Oliveira Sousa

CERTIDÃO

Certifico que a sentença de fls. 102/111 transitou livremente em julgado no dia 7 de dezembro de 2018. O referido é verdade e dou fé.

Coroatá, 20 de janeiro de 2020.

Elizia Virginia Castro da Silva

Secretária Judicial



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ
FÓRUM DES. MENESES JÚNIOR
RUA GONÇALVES DIAS, S/Nº, CENTRO
FONE: (99) 3641-1565 - CEP 65415-000



Processo nº 366-90.2014.8.10.0035 (3662014)
AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
Autor: MUNICÍPIO DE PERITORÓ
Réu: AGAMENON LIMA MILHOMEM
JOSUÉ OLIVEIRA SOUSA

SENTENÇA

O **MUNICÍPIO DE PERITORÓ** propôs a presente ação civil pública por ato de improbidade administrativa em desfavor de **AGAMENON LIMA MILHOMEM** e **JOSUÉ OLIVEIRA SOUSA**, porque, em tese, estes teriam praticado ato de improbidade administrativa consubstanciado na ausência de prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE/MA, referente ao exercício 2012.

Sustenta que tal conduta configura ato de improbidade administrativa tipificada no art. 10, *caput*, e art. 11, *caput* e inciso VI, ambos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).

Ao final requer a condenação dos requeridos pela prática das condutas ilícitas descritas nos termos dos art. 10, *caput*, e art. 11, *caput* e inciso VI, aplicando-lhes as cominações descritas no art. 12, incisos II e III, da Lei nº 8.429/92 e o ônus da sucumbência.

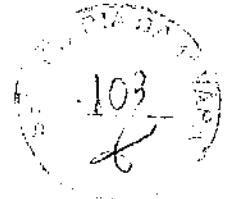
Com a inicial vieram os documentos de fls. 09/18.

Às fls. 24/32, o requerido AGAMENON LIMA MILHOMEM apresentou defesa preliminar, oportunidade em que arguiu, em preliminar, a inépcia da inicial. No mérito, sustentou a ausência de provas materiais dos atos praticados contra a administração pública; que o autor não se desincumbiu do ônus da prova; a ausência de dolo, a inexistência de crime de improbidade administrativa e a legalidade dos atos praticados; a inadmissibilidade da ação de improbidade administrativa em face da alegada ausência de prestação de contas; finalizou requerendo o arquivamento da ação.

Às fs. 34/35 a inicial foi recebida e determinada a citação dos réus.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ
FÓRUM DES. MENESES JÚNIOR
RUA GONÇALVES DIAS, S/Nº. CENTRO
FONE: (99) 3641-1565 - CEP 65415-000



Devidamente citado às fls. 36-v, o réu JOSUÉ OLIVEIRA SOUSA apresentou contestação às fls. 38/45, oportunidade em que suscitou, preliminarmente, a ilegitimidade passiva *ad causam*. No mérito, argumenta que no exercício financeiro do ano de 2012 ocupou o cargo de Secretário de Administração, não sendo ordenador de despesas, ficando excluído do dever de prestar contas das despesas realizadas.

Devidamente citado às fls. 36-v, o réu AGAMENON LIMA MILHOMEM apresentou contestação às fls. 50/58, oportunidade em que suscitou os mesmos argumentos expendidos na defesa preliminar.

Realizada Audiência de Instrução às fls. 69/70, oportunidade que foi devolvido o prazo ao requerido JOSUÉ OLIVEIRA SOUSA para apresentar defesa preliminar.

Às fls. 72/77, o requerido JOSUÉ OLIVEIRA SOUSA apresentou defesa preliminar, arguindo a ilegitimidade passiva *ad causam* e a ausência de elementos que caracterizam a improbidade administrativa.

Às fls. 80/80-v, o Ministério Público apresentou manifestação, oportunidade em que requereu a expedição de ofício ao TCE/MA para que o mesmo informe se o réu AGAMENON LIMA MILHOMEM prestou contas de sua gestão à frente do executivo do Município de Peritoró, relativamente ao exercício financeiro 2012, e, em caso positivo, informar a data que prestou essas contas, e se elas foram julgadas e qual resultado, remetendo cópias dos julgados. Por fim, requer que seja oficiado a Câmara Municipal de Peritoró para que a mesma informe se o réu AGAMENON LIMA MILHOMEM disponibilizou nessa casa legislativa, para consulta popular, a prestação de contas anuais da prefeitura relativas ao exercício financeiro 2012.

Às fls. 81, foi deferida a cota ministerial.

Às fls. 90, informa o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, por meio do Ofício nº 1869/2017/SECEX/TCE, que não consta entrada de processos de prestação de contas do Município de Peritoró/MA, exercício financeiro 2012, sendo instaurada Tomada de Contas (Processo nº 5410/2013).

Não houve manifestação da Câmara Municipal de Peritoró, conforme certidão de fls. 91.

Às fls. 99/100, o Ministério Público apresentou parecer manifestando-se pela condenação do requerido Agamenon Lima Milhomem, às reprimendas da Lei nº 8.429/92, assim como pela ilegitimidade passiva do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ
FÓRUM DES. MENESES JÚNIOR
RUA GONÇALVES DIAS, S/Nº, CENTRO
FONE: (99) 3641-1565 - CEP 65415-000

104
t

réu JOSUÉ OLIVEIRA SOUSA para responder pelos atos ímprobros perpetradas pelo primeiro requerido.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. DECIDO

FUNDAMENTAÇÃO

PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL

Sustenta o requerido em sua contestação de fls. 50/58, a inépcia da inicial sob o fundamento de que o autor não instruiu a petição inicial com os documentos necessários e indispensáveis à propositura da ação, vez que não juntou quaisquer documentos que comprovem a não aplicação de recursos e prestação de contas, ou a prática de ato de improbidade administrativa praticado pelos requeridos.

Não merece razão.

Com efeito, observo que o autor acostou na inicial a relação dos gestores do Poder Executivo emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (fls. 16/17), bem como a certidão da Câmara Municipal de Peritoró/MA (fls. 18), informando que o município se encontra pendente de prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2012.

Logo, rejeito a preliminar.

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O requerido JOSUÉ OLIVEIRA SOUSA suscitou, preliminarmente, a ilegitimidade passiva *ad causam*, sob o argumento que no exercício financeiro do ano de 2012 ocupou o cargo de Secretário de Administração, não sendo ordenador de despesas.

A legitimidade passiva *ad causam* deve ser entendida como a pertinência para ocupar o polo passivo da demanda, ou seja, ser um dos titulares da relação jurídica deduzida em juízo.

Compulsando os autos, verifica-se que o ex-Secretário de Administração do Município de Peritoró/MA no exercício financeiro 2012, à época do recebimento dos recursos transferidos ao Município, não era responsável pela sua aplicação, isto é, não era ordenador de despesas, sendo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ
FÓRUM DES. MENESES JÚNIOR
RUA GONÇALVES DIAS, S/Nº, CENTRO
FONE: (99) 3641-1565 - CEP 65415-000



parte legítima para figurar no polo passivo da Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, proposta em razão da não prestação de contas.

Logo, acolho a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam, motivo pelo qual excluo o réu JOSUÉ OLVEIRA SOUSA do polo passivo da demanda.

DO MÉRITO

A *quaestio juris* é saber se houve descumprimento do dever de prestar contas pela parte ré.

Primeiramente, cumpre examinar a ocorrência de necessidade/utilidade, no que se refere à produção da prova testemunhal.

Compulsando os autos, verifica-se que há prova documental suficiente para a análise do caso, sendo desnecessária, ao seu deslinde, a produção das provas testemunhal.

Registre-se que, como o destinatário natural da prova é o juiz, tem ele o poder de decidir acerca da conveniência e da oportunidade de sua produção, visando obstar a prática de atos inúteis ou protelatórios (art. 370 do CPC), desnecessários à solução da causa.

Assim, indefiro o pedido de produção de provas em audiência. Superada essa questão, passo a análise do mérito propriamente dito.

A Improbidade administrativa tem fundamento no art. 37, parágrafo 4º, da Constituição Federal, tendo sido regulamentada pela Lei nº 8.429/92, legislação esta que tipificou em *numerus apertus* várias condutas que constituem atos de improbidade administrativa dividindo-as em três grandes grupos.

O primeiro grupo é previsto no art. 9º e engloba os atos que causam enriquecimento ilícito. Já o segundo grupo está previsto no art. 10 e refere-se aos atos que causam prejuízo ao erário. Por fim, o terceiro está previsto no art. 11 e diz respeito aos atos que atentam contra os princípios da administração pública.

No caso vertente, o autor imputa aos demandados o cometimento de ato de improbidade previsto no art. 10, *caput*, e art. 11, *caput* e inciso VI, da Lei nº 8.429/92, por terem deixado de prestar contas relativas ao exercício financeiro de 2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ
FÓRUM DES. MENESES JÚNIOR
RUA GONÇALVES DIAS, S/Nº, CENTRO
FONE: (99) 3641-1565 - CEP 65415-000



A parte ré deixou de colacionar aos autos os documentos que comprovem a veracidade de suas afirmações, não se desincumbindo do ônus de provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 373, inciso II, do CPC).

Por seu turno, de acordo com a documentação acostada aos autos, notadamente às fls. 16/18, vê-se que o réu AGAMENON LIMA MILHOMEM não apresentou a prestação de contas anual do exercício financeiro de 2012. Neste ponto, acrescenta-se que o Ofício nº 1869/2017/SECEX/TCE, presente às fls. 90, destaca que não consta entrada de processos de prestação de contas do Município de Peritoró/MA, exercício financeiro 2012, sendo instaurada Tomada de Contas (Processo nº 5410/2013).

Cumpra frisar que o réu AGAMENON LIMA MILHOMEM possui a guarda e responsabilidade dos recursos públicos por ocupar o cargo de prefeito, ora ordenador de despesas, no exercício financeiro de 2012.

Pois bem, quanto ao direito, o dever de prestar contas é verdadeiro corolário da forma republicana de governo e da concepção de que o patrimônio do Estado não pode ser indevidamente incorporado ao patrimônio particular daqueles que em nome dele atuam, já que a res é pública.

Como é cediço o dever de prestar contas dos valores públicos administrados configura obrigação pessoal do agente público responsável, nos termos do artigo 70, parágrafo único, da Constituição Brasileira:

"Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária."

O entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que o ato de improbidade administrativa, previsto no art. 11 da Lei 8.429/92, exige a demonstração de dolo, o qual, contudo, não necessita ser específico, sendo suficiente o dolo genérico. Cumpra destacar que "o dolo que se exige para a configuração de improbidade administrativa



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ
FÓRUM DES. MENESES JÚNIOR
RUA GONÇALVES DIAS, S/Nº, CENTRO
FONE: (99) 3641-1565 - CEP 65415-000

é a simples vontade consciente de aderir à conduta, produzindo os resultados vedados pela norma jurídica - ou, ainda, a simples anuência aos resultados contrários ao Direito quando o agente público ou privado deveria saber que a conduta praticada a eles levaria -, sendo despiciendo perquirir acerca de finalidades específicas" (STJ, AgRg no REsp 1.539.929/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02.08.2016).

Nesse contexto, compete ao gestor não só comprovar a execução do objeto do programa ou convênio, mas também a legitimidade dos procedimentos administrativos necessários a tal execução, principalmente a realização adequada dos necessários procedimentos de licitação ou mesmo de dispensa de licitação, para que se considere suficientemente prestadas as contas, assim como também comprovar que o material que deveria ter sido adquirido efetivamente o foi.

In casu, a prestação de contas não foi apresentada pelo requerido. Desse modo, o silêncio do requerido evidencia o dolo e a má-fé, com repercussão negativa para o município em razão de se encontrar irregular junto ao órgão estadual, fato configurador de ato de improbidade.

Por tais razões, tenho por configurado o ato ímprobo imputado ao requerido AGAMENON LIMA MILHOMEM, previsto no art. 11, inciso VI, da Lei nº 8429/92.

Quanto à subsunção ao tipo do art. 10, caput, da Lei de Improbidade Administrativa, pelo mesmo fato, verifico que não ficou comprovado o efetivo dano ao erário, a ensejar o ressarcimento dos recursos recebidos.

A propósito, o entendimento recente do Superior Tribunal de

Justiça:

"STJ-0720695) IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRESENÇA DO ELEMENTO SUBJETIVO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. HISTÓRICO DA DEMANDA. 1. Cuida-se, na origem, de Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Município de São Luiz do Norte/GO contra o ex-Prefeito Jacob Ferreira, objetivando a sua condenação pela prática de ato ímprobo, consistente no não cumprimento das exigências previstas em convênio com o Ministério do Turismo, que teve a prestação de contas rejeitada pelo órgão ministerial. 2. O Juiz de 1º Grau julgou parcialmente procedente o pedido. 3. O Tribunal a quo negou provimento à Apelação do réu. PRESENÇA DO ELEMENTO SUBJETIVO. 4. O entendimento do STJ é de que, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas previsões da Lei de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ
FÓRUM DES. MENESES JÚNIOR
RUA GONÇALVES DIAS, S/Nº, CENTRO
FONE: (99) 3641-1565 - CEP 65415-000

108
6

Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo para os tipos previstos nos artigos 9º e 11 e, ao menos, pela culpa, nas hipóteses do artigo 10. 5. É pacífico no STJ que o ato de improbidade administrativa previsto no art. 11 da Lei 8.429/1992 exige a demonstração de dolo, o qual, contudo, não precisa ser específico, sendo suficiente o dolo genérico. 6. Assim, para a correta fundamentação da condenação por improbidade administrativa, é imprescindível, além da subsunção do fato à norma, caracterizar a presença do elemento subjetivo. A razão para tanto é que a Lei de Improbidade Administrativa não visa punir o inábil, mas sim o desonesto, o corrupto, aquele desprovido de lealdade e boa-fé. 7. Precedentes: AgRg no REsp 1.500.812/SE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28.05.2015; REsp 1.512.047/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30.06.2015; AgRg no REsp 1.397.590/CE, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 05.03.2015; AgRg no AREsp 532.421/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 28.08.2014. 8. Quanto à presença do elemento subjetivo, o Tribunal a quo foi categórico em afirmar a sua existência: "Destarte, há nos autos provas da prática de atos ímprobos por omissão por parte do réu/recorrente, havendo, ainda, flagrante descumprimento à legislação federal e, conseqüentemente, aos princípios da moralidade administrativa, o que se deu de forma consciente, demonstrando o dolo do gestor público, a quem não era permitido ignorar a lei e tampouco agir em disparidade com o interesse público e com os demais princípios que regem a Administração Pública. (fl. 749, e-STJ)". 9. Modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, de modo a acolher a tese do recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no AREsp 473.878/SP, Rel. Ministra Marga Tessler (Juíza convocada do TRF 4ª Região), Primeira Turma, DJe 09.03.2015, e REsp 1.285.160/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 12.06.2013. 10. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo ao recorrente demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal. 11. Não fez o recorrente o devido cotejo analítico e assim não demonstrou as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. 12. Agravo Interno não provido (AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 848.373/GO (2016/0015675-4), 2ª Turma do STJ, Rel. Herman Benjamin. DJE 24.04.2017)."

No mesmo sentido, o entendimento do Tribunal de Justiça do

Maranhão:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ
FÓRUM DES. MENESES JÚNIOR
RUA GONÇALVES DIAS, S/Nº, CENTRO
FONE: (99) 3641-1565 - CEP 65415-000



"TJMA-0102595) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. RECURSO NÃO PROVIDO. I - Não tendo promovido a prestação de contas referentes ao exercício financeiro de 2005, mas tão somente balancetes, o apelante violou o seu dever de prestar contas, impedindo o controle da Administração e, especialmente, dos próprios administrados. II - Recurso improvido". (Processo nº 031700/2016 (204081/2017), 1ª Câmara Cível do TJMA, Rel. Ângela Maria Moraes Salazar. DJe 09.06.2017).

"TJMA-0102266) APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - LEI Nº 8.429/1992. CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS. DOLO GENÉRICO PRESENTE. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. UNANIMIDADE. I. Ex-Prefeito Municipal teria praticado irregularidades na execução do convênio firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura, cujo objeto consistia na execução de serviços de calçamento, meio-fio e sarjeta nas ruas constantes do Processo Sinfra nº 678/98, no município apelado. II. Violação a princípios da Administração Pública. Configuração. III. Nos atos de improbidade previstos no art. 11 para a consecução da prática do ato ímprobo basta a vontade livre e consciente de produzir o resultado ou a assunção do risco de produzi-lo, ou seja, a conduta dolosa. IV. Dolo genérico presente e suficiente para caracterizar a conduta ímproba. V. Sentença mantida. VI. Apelação conhecida e improvida. Unanimidade". (Processo nº 045932/2016 (203517/2017), 5ª Câmara Cível do TJMA, Rel. Raimundo José Barros de Sousa. DJe 02.06.2017).

"TJMA-0100834) AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SANÇÕES. PRESCRIÇÃO. RESSARCIMENTO DO DANO. IMPRESCRITIBILIDADE. 1. Comete ato de improbidade administrativa o gestor que recebe recursos por meio de convênio e não presta contas do valor aplicado. 2. Ajuizada a ação mais de cinco anos depois do término do mandato do prefeito municipal, devem ser consideradas prescritas as sanções de natureza política, mantida a condenação ao ressarcimento do dano, que é imprescritível. 3. Apelo conhecido e parcialmente provido. Unanimidade". (Processo nº 004483/2016 (201038/2017), 4ª Câmara Cível do TJMA, Rel. Paulo Sérgio Velten Pereira. DJe 19.04.2017).

Logo, considerando a gravidade da conduta praticada pelo requerido, mormente por se tratar de agente público que detém a obrigação de comprovar a regularidade da aplicação das verbas públicas recebidas, em observância ao princípio da moralidade e da transparência, tenho como razoáveis e proporcionais a aplicação das penas previstas no art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92, as quais são suficientes para a reprimenda do ato ímprobo, garantindo-se assim o restabelecimento da ordem jurídica.

DISPOSITIVO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ
FÓRUM DES. MENESES JÚNIOR
RUA GONÇALVES DIAS, S/Nº, CENTRO
FONE: (99) 3641-1565 - CEP 65415-000

110
J

Em razão do exposto, **REJEITO** a preliminar de inépcia da petição inicial, **ACOLHO** a preliminar de ilegitimidade passiva do réu JOSUÉ OLVEIRA SOUSA e **JULGO PROCEDENTE** a presente ação de improbidade administrativa com relação o réu AGAMENON LIMA MILHOMEM por ter praticado o ato descrito no artigo 11, inciso VI, da Lei 8.429/1992, condenando-o nas seguintes penas:

- a) **suspensão dos direitos políticos** pelo prazo de cinco anos;
- b) pagamento de **multa civil** no montante correspondente a cem vezes o valor da sua remuneração no exercício financeiro de 2012;
- c) **proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios**, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos; tudo nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, e art. 12, inciso III, e seu parágrafo único, da Lei nº 8.429/92;

Custas pela parte ré. Condeno, ainda, a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro no montante de 10% (dez por cento) do valor mencionado nos item "b" supra (artigo 87, § 2º do Código de Processo Civil).

Após a certificação do trânsito em julgado:

- a) intime-se o réu para recolher as custas no prazo de 15 (quinze) dias da intimação, nos termos do art. 16 da Lei nº 9.289/96;
- b) oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, acerca da suspensão dos direitos políticos do réu, remetendo-lhe cópias desta sentença e da certidão do seu trânsito em julgado;
- c) oficiem-se ao Tribunal de Contas da União - TCU; aos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal; ao Banco Central do Brasil - BCB; ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; ao Banco do Brasil S/A, à Caixa Econômica Federal - CEF; e ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, remetendo-lhes cópias desta sentença e da certidão do seu trânsito em julgado, para que eles observem a proibição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ
FÓRUM DES. MENESES JÚNIOR
RUA GONÇALVES DIAS, S/Nº, CENTRO
FONE: (99) 3641-1565 - CEP 65415-000

111
d

de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou de creditícios;

d) providencie-se o cadastramento deste processo no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (artigo 3º da Resolução CNJ nº 44, de 2007).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes, inclusive o Ministério Público.

Coroatá/MA, 11 de dezembro de 2017.

Dra. Anelise Nogueira Reginato
Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Coroatá

05 / 02 / 19
CIENTE
Aline Silva Albuquerque
Promotora de Justiça